

JUVENTUDE RURAL E A (DES)VALORIZAÇÃO DA LÓGICA CAMPONESA NAS ESCOLAS DO NRE DE LONDRINA

RURAL YOUTH AND THE DEVALUATION OF PEASANT LOGIC IN THE NRE SCHOOLS OF THE CITY OF LONDRINA

Alexandre Orsi

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
xandeclau@sercomtel.com.br

Resumo

O presente trabalho trata da análise da ordenação escolar que atende os alunos do campo em alguns estabelecimentos de ensino do norte do Paraná, pertencentes ao Núcleo Regional de Ensino (NRE) de Londrina. Leva em conta a percepção que a juventude camponesa tem sobre a influência da escola na decisão de permanecer no campo ou migrar para a cidade e os possíveis desdobramentos da condução da política educacional para esses jovens. Privilegiamos a variável educação, buscando identificar, na organização escolar para a juventude do campo, quais aspectos interferem na formação e nos horizontes destes estudantes promovidos pela valorização, ou não desses alunos. Considera-se a localização das escolas e ainda a organização político-pedagógica capazes de interferir no processo de formação da identidade cultural, sabendo-se que tudo isso será parte da decisão de permanecer no campo ou de migrar. Nessa perspectiva, analisa-se a Educação do Campo como fator positivo para a resistência camponesa, portanto como vertente da questão agrária.

Palavras chave: Juventude rural. Migração. Educação do Campo. Londrina. Lógica camponesa.

Abstract

This paper deals with the analysis of the ordination of school organization that meets students of the field in some northern schools of Paraná, belonging to the Regional Education Center (NRE) of Londrina. It takes into account the perception that rural young people have about the school's influence on the decision to stay in the country or move to the city and the possible consequences of the conduct of educational policy for these young people. We privilege the variable education, seeking to identify, in the school organization for the youth of the field, which aspects interfere in the formation and horizons of these students promoted by the valorization, or not of these students. The location of schools and also consider the political-pedagogical organization capable of interfering in the training process and recovery of cultural identity, given that all this will be part of the decision if to remain in the field or migrate. From this perspective, it analyzes the agrarian question on the bias field of education as a positive factor for the peasant resistance.

Keyword: Rural youth. Migration. Rural education. Londrina. Peasant logic.

Introdução

Basta um olhar atento para o campo brasileiro e o que se vê são milhões de pequenos agricultores espalhados pelo território. Eles cuidam do cultivo do alimento que abastece o país e de parte das matérias primas processadas na indústria, colaboram com as exportações e são responsáveis pela maior parte dos empregos no campo. Tudo isso os torna indispensáveis para a economia, pois a agricultura camponesa é determinante para o abastecimento do mercado interno, o que influencia desde os preços finais da cesta básica até o custo de parte importante dos bens industrializados.

Nesse contexto pouco conhecido e socialmente não reconhecido, encontra-se a juventude rural, da qual depende a tarefa de perpetuar o cuidado com a terra e o provimento do mínimo indispensável à existência dos cidadãos e da vida, pois na diversidade das práticas camponesas repousam ações reais ou potencialmente agroecológicas capazes de salvaguardar o equilíbrio ecossistêmico do planeta.

Com o advento da escola pública e da propagação dos meios de comunicação de massa o contexto para a recriação da lógica camponesa de produzir se modifica. A formação da juventude supõe, além da influência dos elementos da identidade cultural de sua comunidade, também o peso dos valores transmitidos pela escola e pelos veículos de comunicação, notadamente os da grande mídia. Soma-se a isto, as conjunturas econômica e política que também interferem na sua reprodução social de modo geral, especificamente na sua vulnerabilização. Atuam, nesse aspecto, a ausência de uma política pública de Reforma Agrária capaz de assegurar terra em quantidade mínima, capaz de absorver esses jovens ao constituírem novas famílias, e a monopolização do território pelo capital, impondo a sujeição às suas determinações para alimentar o circuito econômico e o modo de produção vigente. A migração campo-cidade é um dos resultados deste contexto.

Constatar o fenômeno da expulsão do campo para a cidade e explicá-lo como desdobramento de uma conjuntura político-econômica é um passo importante, mas, para além disso, faz-se necessário decifrar como as diferentes variáveis atuam nesse movimento e quais suas potenciais implicações do ponto de vista territorial.

Neste artigo, derivado de minha dissertação de mestrado intitulada “Jovens do campo na escola e campo na escola dos jovens: estudo de caso”, defendida na Universidade Estadual de Londrina, em 2015, privilegiamos a variável educação, buscando identificar, na organização escolar para a juventude do campo, quais aspectos

interferem na formação escolar e nos horizontes desses estudantes. Considera-se a localização das escolas e ainda a organização político-pedagógica capazes de interferir no processo de formação cultural, cognitiva e política, sabendo-se que tudo isso será parte da decisão de permanecer no campo ou de ir para a cidade.

Diante disso, o presente trabalho se debruça sobre o processo da reprodução do campesinato atendo-se especificamente à análise da estrutura escolar que atende os alunos do campo em alguns estabelecimentos de ensino do norte do Paraná, pertencentes ao Núcleo Regional de Ensino (NRE) de Londrina. Perscruta a percepção que a juventude camponesa tem sobre a influência da escola na decisão de permanecer no campo ou ir para a cidade e os possíveis desdobramentos da condução da política educacional para esses jovens. Para isto verifica-se o distanciamento da implantação da Educação do Campo e a sua relação com a resistência camponesa e, portanto, com a questão agrária.

Segundo o NRE - Londrina, 19 escolas recebem alunos do campo e, em Londrina, são 1392 alunos transportados pelo ônibus escolar da área rural de suas comunidades para os colégios estaduais.

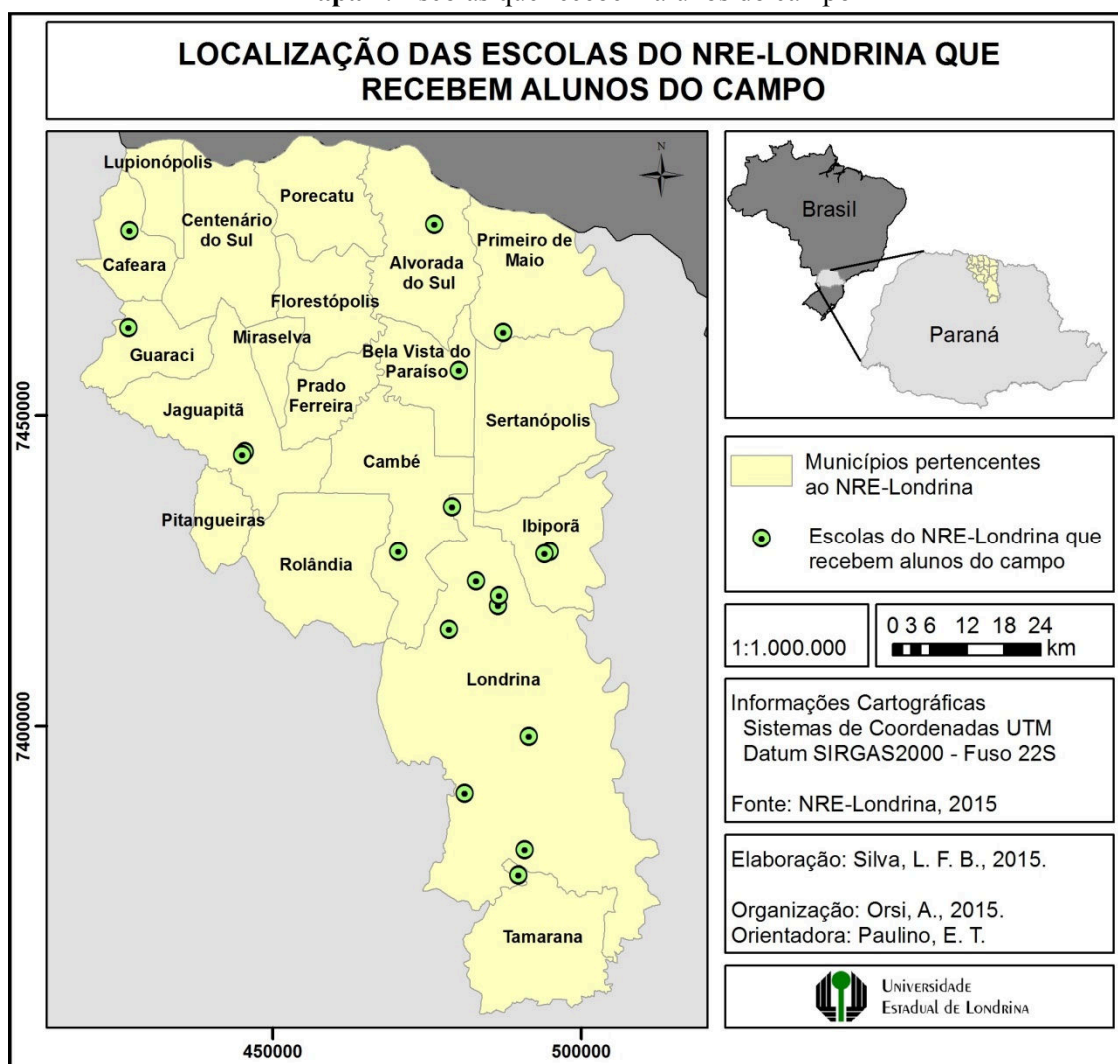
Para analisar uma parcela desse universo, a metodologia empregada foi a da pesquisa qualitativa por amostragem, por meio da aplicação de 98 formulários com questões mistas abertas e fechadas e entrevistas com alunos, diretores de escolas e familiares de alunos em seus estabelecimentos rurais. Também foram realizados levantamentos de dados e informações junto a órgãos públicos e bibliografia pertinente.

Os municípios, onde se realizou o trabalho de coleta de dados primários, no ano de 2014, foram: Tamarana, Jaguapitã, Guaraci, Cafeara, Primeiro de Maio e Londrina, devidamente representados no Mapa 1.

Dentro desse recorte geográfico, optou-se pela escolha de uma escola estadual por município, exceto em Londrina que, devido a sua população mais numerosa que as demais áreas, foram escolhidas três escolas estaduais.

Além dos alunos, foram realizadas entrevistas em dezoito estabelecimentos rurais, sendo cinco em Tamarana, quatro no Distrito da Warta (Londrina), quatro no Distrito de São Luiz (Londrina), duas em Guaraci e três em Cafeara.

Mapa 1: Escolas que recebem alunos do campo



Fonte: NRE- Londrina, 2015

Nas escolas estaduais, a aplicação dos formulários e entrevistas foram realizadas com o agrupamento dos alunos oriundos do campo em uma sala de aula ou na biblioteca da escola. Ao final do preenchimento do questionário era solicitada a indicação espontânea da propriedade da família para visita e entrevista.

Para compreensão dos encaminhamentos gerais na instituição escolar foi realizada uma entrevista com a direção ou a equipe pedagógica e com dois professores de escolas rurais multisseriadas. Estes últimos, escolhidos aleatoriamente para relatar a experiência pretérita dessa realidade de ensino antes do processo de nucleação para escolas urbanas.

Foram aplicados 98 formulários para os alunos moradores do campo, sendo 22 em Tamarana, 11 no distrito da Warta (Londrina), 10 no distrito de São Luiz (Londrina), 08 no distrito de Lerroville (Londrina), 11 em Guaraci, 23 em Caçarea e 13 em Jaguapitã.

Os resultados mostraram que, no processo de formação estudantil, juntamente com outros fatores, configuraram um quadro situacional desfavorável que influencia, negativamente, no processo de afirmação de sua identidade cultural e nas perspectivas de não vislumbrar um futuro ligado ao campo. Entre estes fatores estão a desvalorização do camponês, configurada na negação de uma Educação do campo, a penúria do transporte escolar, as atitudes grosseiras contra os alunos do campo, observadas nos relatos, e a invisibilidade social e histórica.

Tais dificuldades não indicaram, contudo, a eliminação das possibilidades de recriação camponesa na área estudada, pois existe uma parcela de jovens disposta a permanecer no campo.

As motivações para este trabalho surgiram do reconhecimento de que a resposta para as crises social e econômica que pesam sobre os mais pobres do país podem ser amenizadas se apostarmos na agricultura camponesa, ainda parcamente contemplada nas políticas agrícolas e agrárias no país.

Apostar na valorização do campesinato, na Educação do Campo, na Reforma Agrária profunda é apresentar novos rumos para o país, e maiores chances aos mais pobres do campo e da cidade devido aos impactos que estas medidas podem causar, através da democratização do acesso à terra e aos recursos públicos, historicamente concentrados em favor dos grandes proprietários de terras. Ações estas que apontam para a construção de um outro projeto societário democrático, sustentável e com justiça social.

Outra motivação para a pesquisa parte do entendimento de que a juventude camponesa tem, em potencial, uma vocação singular e vital para a humanidade: a predisposição para uma produção sustentável de alimentos. Isto porque a lógica camponesa é portadora de vasto patrimônio cultural construído, desde as primeiras comunidades agrícolas, na relação intrínseca do cultivo da terra.

Reconhecendo os limites e as possibilidades da influência da educação do campo na recriação camponesa, verifica-se que é necessário continuar avançando no processo de implantação dessa educação no Paraná para valorizar e fortalecer a identidade das comunidades do campo e a lógica camponesa de produzir, como proposta capaz de amenizar a expulsão para a cidade e apontar outros rumos para a agricultura, por conseguinte para o país.

A escola no contexto da permanência ou migração da juventude rural

Com o fechamento de diversas escolas rurais e a concentração das escolas na cidade, aumentou a distância entre o aluno do campo e o ensino. Esse processo, denominado de nucleação, cria uma reordenação espacial que torna evidente a dependência do transporte escolar.

“Nos últimos dez anos são 32,5 mil escolas fechadas no campo” no país, de acordo com levantamento da Folha de S. Paulo (CANCIAN, 2014) com base no censo escolar do Brasil.

A estrutura educacional disponível para atender o jovem do campo na região de Londrina, não foge à regra, também sofreu estas alterações afetando o processo educacional. Esta escola, formatada para a área urbana, desde os livros, o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Matriz Curricular e os professores, está formando também o aluno do campo. O núcleo Regional de Ensino (NRE) de Londrina tem 18 escolas que recebem alunos do campo pertencentes à sua regional.

A nucleação promove uma sujeição das especificidades camponesa, e desgastes no convívio social. Isto é percebido na relação entre alunos do campo e alunos da cidade. Constatou-se, neste trabalho, que 34,44% dos alunos entrevistados afirmaram sofrer discriminação na escola pelo fato de serem do campo. Expressões como “sitião” e “pé de today” (em referência ao pó da terra no calçado) são exemplos de palavras usadas para hostilizar o camponês que é transportado para a escola distante. Diante desta discriminação contra os estudantes do campo, Stropasolas (2006, p.294) comenta em seu estudo que alguns alunos pensavam em desistir dos estudos.

Os jovens não deixam de transparecer nos seus depoimentos o preconceito e a discriminação sofrida pelo fato de não falarem ou se comportarem com a mesma linguagem ou o mesmo jeito de quem é da cidade. Expressam seus ressentimentos quanto a esta espécie de violência simbólica [...] (STROPASOLAS, 2006, p. 294).

O pouco destaque ou a invisibilidade camponesa nos projetos pedagógicos pedagógicos (PPP) escolares e no reconhecimento da sociedade como um todo, somado a esta hostilidade, não é incentivo para a juventude rural reconhecer-se e assumir-se como tal, e, portanto, aponta contra a resistência e a perspectiva da lógica camponesa de produzir e se reproduzir.

Em 1996 a Lei 9394, no art. 28 já ordenava as adaptações e ações apropriadas para a Educação do Campo e, em 2010 o Decreto 7352/2010, no artigo 1 parágrafo 4, vem regulamentar essa Lei:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (BRASIL, 2015).

Entre esta regulamentação e a realidade, o que se nota, na prática, é apenas a adaptação exclusiva da locomoção dos alunos do campo para a escola núcleo. Adotar apenas o transporte escolar nas escolas nucleadas e privar os demais direitos ofertados na lei é, entre outras coisas, não reconhecer a diferença cultural dos jovens que vivem a realidade do campo; é fragilizar o processo de incorporação e reprodução da riqueza cultural construída historicamente, pondo em risco a sua existência. Praticar apenas parte da lei não resolve o problema.

A análise dos PPPs, juntamente com as entrevistas junto à direção e ou equipe pedagógica, nesta pesquisa, demonstrou que, em seus PPPs, reconhecem a clientela diversificada composta por alunos da cidade e do campo, mas não se definem como Escola do Campo, mas assim são denominadas pelo NRE de Londrina por estarem cadastradas no grupo de estabelecimentos que recebem alunos da área rural utilizando o transporte escolar. Dezesesseis escolas não aderiram à Educação do Campo, isto é, não fizeram um novo PPP baseado nas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) para o campo, o que desencadearia novos encaminhamentos pedagógicos; apenas duas iniciaram o processo.

Entre as justificativas para não incorporarem a Educação do Campo é que o estabelecimento também atende aos alunos da área urbana. Outra alegação para não aderirem às DCEs do campo foi o fato de não ganharem nada a mais, isto é, não haveria nenhum recurso financeiro, material ou profissional especializado extra para apoio às mudanças, haveria sim o trabalho de reformular o PPP e repensar encaminhamentos pedagógicos. Outra informa que, simplesmente, foi avisada de que a sua escola estava cadastrada no NRE como escola do campo, mas tudo continuou da mesma forma como era antes dessa denominação. Desta forma, quando perguntado aos alunos da área rural se os conteúdos das aulas têm utilidade para o trabalho com a terra, 59,21% responderam

que não tem utilidade. Esta informação revela que a maioria não percebe a contextualização com o campo.

Além desta fragilidade pedagógica, o aluno camponês tem contrariedades extraescolares. Atualmente, há total dependência do transporte escolar para a maioria dos alunos do campo. Este traslado, não significa melhoria na educação, ao contrário expõe o aluno aos perigos do transporte e as limitações do acesso às estradas rurais em dias de chuva. Com este percurso, os alunos precisam acordar mais cedo para esperar o transporte, diminuindo a disposição para o estudo. O quadro a seguir demonstra que os alunos não estão indiferentes a esta falta de escola próxima às suas residências e reconhecem as possíveis melhorias que poderiam ocorrer se a escola estivesse próxima de sua casa.

Quadro 1: – Consulta sobre a distância da escola

Se a escola estivesse mais perto dos alunos, faria diferença?	
Sim: 78,9% (71 alunos)	Não: 21,1 % (19 alunos)
Motivos que fariam a diferença:	
21,68% Não precisaria acordar tão cedo / Teria mais disposição;	
55,42% Facilitaria estudar (mais tempo para o estudo, mais próximo da realidade do campo; não ter o incômodo do deslocamento diário, <u>gostaria mais do campo</u>)	
21,1 % Não faria diferença.	

Fonte: pesquisa empírica. Elaborado pelo autor.

Entre as justificativas para desejar uma escola mais próxima de sua residência os alunos esclareceram que não precisariam depender do ônibus - visto como algo cansativo imposto pela nova realidade. Além disso, reclamam de não contarem com a pontualidade do transporte o que, por vezes, causa a perda de trabalhos, conteúdos e avaliações.

Parte da frota dos ônibus de transporte escolar precisa ser renovada devido ao desgaste pelo tempo e uso em estradas rurais. Nestas condições aumenta a possibilidade de imprevistos mecânicos que podem prejudicar a chegada até a escola. O site da prefeitura de Londrina escreve sobre a melhoria da segurança e a qualidade com aquisição de ônibus novos:

Os novos veículos representam investimentos de R\$ 620.780,00 e foram adquiridos por meio de um Termo de Compromisso assinado entre o governo municipal e o FNDE, estabelecido através do Plano de Ações Articuladas (PAR). Dois ônibus menores custaram cada um R\$ 196.500,00 e o terceiro

custou R\$ 227.780,00 [...] Os ônibus menores têm capacidade para 23 crianças sentadas cada um. Eles contam com tração nas quatro rodas e medem 7 metros de comprimento. Já o veículo maior tem capacidade para carregar 44 alunos, mede 9 metros de comprimento e também faz parte da frota de transporte escolar rural. Com eles, será possível renovar parte da frota de veículos escolares e garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes. (LONDRINA, 2015).

Com a nucleação das escolas e a introdução de transporte escolar a economia com alguma estrutura ocorreu aproveitando pedagogos e professores das escolas-núcleos, mas é preciso lembrar que boa parte da economia foi parar nas mãos dos fabricantes de ônibus, de pneus, de combustíveis etc. Economizar com educação significou aqui beneficiar o Capital.

Outro prejuízo no processo estudantil foi mencionado no tocante à solicitação de trabalhos em grupo para serem feitos extraclasse. Alunos do campo reclamam que são excluídos dos grupos por morarem longe e não terem a possibilidade de deslocamento, no contraturno, para realizar o trabalho com o grupo, pois o transporte escolar só o atende no período programado. Quando perguntado aos alunos se havia alguma dificuldade para irem à escola, 47,05% responderam que sim. As dificuldades mais expressivas eram a ausência do transporte nos dias de chuva, acordar mais cedo devido ao horário do ônibus, as condições ruins da estrada de chão e a demora do itinerário.

Nestas condições, somada a outras dificuldades, não seria surpresa a desistência dos estudos, por alguns jovens, contribuindo para as estatísticas do IBGE que demonstram uma menor escolaridade dos alunos da área rural.

A tabela 5 vem confirmar as consequências de uma estrutura desfavorável para o acesso à escolarização. Apesar do aumento do percentual de jovens do campo na frequência às escolas ainda é significativo o número total daqueles que não frequentam e maior ainda são os da área rural.

Nesta pesquisa, se levar em conta apenas a intenção de continuar os estudos, o dado foi favorável, pois houve unanimidade dos entrevistados em responder que iriam continuar os estudos. E ao perguntar, quantos iriam cursar o ensino superior, 90 (92%) responderam que iriam e apenas 8 disseram que não.

Tabela 1: Estatísticas do IBGE dos alunos da área Rural

Percentual de pessoas que não frequentavam escola nas populações de 7 a 14 anos de idade e de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a situação do domicílio- Brasil – 2000/2010

Sexo e situação do domicílio	Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 7 a 14 anos de idade (%)		Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 15 a 17 anos de idade (%)	
	2000	2010	2000	2010
Total	5,5	3,1	22,6	16,7
Homem	5,8	3,3	22,6	16,8
Mulher	5,1	2,9	22,5	16,6
Na área urbana	4,0	2,8	19,6	15,6
Na área rural	10,6	4,6	34,0	21,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Nota: dados de 2000 e 2010 harmonizados

O desejo de cursar o ensino superior sugere a vontade de melhorar as perspectivas de vida. Ampliar a escolaridade é, ao mesmo tempo, enfrentar desafios maiores do que o percurso da educação básica. Agora, apresenta-se o processo seletivo, os gastos com livros, materiais e transporte, além da influência dos pais que podem apoiar ou não a saída do filho da propriedade. Stropasolas (2006) comenta que, além das dificuldades de transportes e a discriminação sofrida pelos filhos de agricultores familiares na instituição de ensino da cidade, existe também a influência dos pais desses jovens em relação à continuidade dos estudos. Para alguns filhos há o incentivo de continuar estudando e para outros existe a restrição no sentido de reter a mão de obra na roça da família, pois a ida para a cidade pode significar um caminho sem volta.

A resposta positiva do desejo do jovem de fazer o curso superior não é garantia de que conseguirão o apoio da família para os estudos e não é garantia de uma vaga na instituição de ensino superior.

Na presente pesquisa, ao cruzar os dados da intenção de curso superior com a pretensão de deixar o campo obteve-se o seguinte resultado. Um percentual expressivo escolheu cursos não ligados diretamente à agropecuária como arquitetura, advocacia, gastronomia, medicina entre outros. Foram 52,11% nesta condição e, desses, 24,32% pretendem continuar no campo. O percentual dos que escolheram, para o futuro, profissões que tem proximidade com o campo como agronomia, zootecnia, veterinária e técnico agrícola foi de 47,88%, o que não significa que não vão deixar o campo, mas é indicador da possibilidade de permanência. Nesse grupo, o percentual dos que não iriam migrar para a cidade é de 47,05%.

Tabela 2: Curso superior e o interesse de permanecer do campo

A escolha do curso superior e a relação entre o interesse de deixar o campo

Cursos ligados à agropecuária	47,89%	Intenção de deixar o campo	52,94%	Intenção de permanecer no campo	47,06%
Cursos não ligados diretamente à agropecuária	52,11%	Intenção de deixar o campo	75,67%	Intenção de permanecer no campo	24,33%

Fonte: pesquisa empírica. Elaborado pelo autor.

A escolha do curso direciona o foco do estudante na direção em que ele percorrerá, e este caminho, muitas vezes, o afasta do mundo rural. Daí a importância de certos encaminhamentos durante a vida estudantil se o desejo é apostar em um novo projeto para o país valorizando e utilizando o potencial daqueles que podem gerar uma contribuição significativa ao permanecerem em condições dignas no campo.

A maior parte dos entrevistados está na faixa etária dos 15 aos 19 anos, portanto, no momento de decidirem que caminho vão trilhar. Durante o ensino médio as informações sobre as políticas públicas para o campo e a criação de políticas para esses jovens abririam perspectivas para escolhas profissionais, relativas ao campo ou a cidade.

Caldart (et al, 2012) alerta para a urgência de encampar uma luta pelos recursos públicos para a educação respondendo o porquê se deve entrar nesta disputa.

Porque lutar por políticas públicas representa o confronto com a lógica do mercado, expressão da liberdade para o desenvolvimento do polo do capital. Mas uma questão que demarca o confronto diz respeito a quem tem o protagonismo na luta pela construção de políticas públicas e a que interesses elas predominantemente atenderão. A disputa do fundo público para educação, formação técnica, saúde, cultura, apoio à agricultura camponesa e ao acesso à moradia, entre outros, constitui-se em agenda permanente, dado que, cada vez mais, esse fundo tem sido apropriado para garantia da reprodução do capital e, no campo, pelo agronegócio (CALDART et al, 2012, p. 16)

Uma fissura para direcionar os recursos públicos e o conteúdo da formação técnica pode ser exemplificado no PRONATEC. O Ministério da Educação oferece o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Este programa faz parcerias com instituições públicas e serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos técnicos destinados a estudantes e a trabalhadores.

Outra ação no interior desse programa é o FIES Técnico que tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR, além disso, existe a modalidade FIES Empresa que financia cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

No caso do SENAR, o PRONATEC firmou uma parceria oferecendo 50 cursos para capacitar mão de obra para o campo ou ensinar técnicas agrícolas, incluindo um módulo de empreendedorismo em cada curso. Os exemplos de cursos oferecidos com dinheiro público são: Embalador, Pedreiro de Alvenaria, Tratorista Agrícola, Suinocultor, Produtor Familiar de Cana-de-açúcar, Produtor de Olerícolas, Produtor de Mandioca, Agricultor Orgânico Operador de Sistemas de Irrigação, Operador de Motosserra, Operador de Máquinas entre outros.

Para a agricultura camponesa os cursos de agricultor e horticultor orgânicos vem ao encontro de seus anseios. Outros cursos também podem oferecer técnicas novas para fortalecer a produção e, com isso, a permanência da família na terra. Isto é algo positivo. O que preocupa, numa momentânea falta de perspectiva do jovem, é a migração para encontrar um modo de vida como mão de obra da agricultura capitalista, já que este ex-camponês se tornou um profissional técnico cooptado pelo marketing e motivado pelas circunstâncias - e patrocinado pelo dinheiro público.

O curso Auxiliar Administrativo, apenas para exemplificar, informa na ementa que o cursista aprenderá os processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação. Já o Moleiro desenvolve atividades de recebimento, armazenamento, secagem, moagem, ensacamento, pesagem e distribuição de grãos. Controla a eficiência e a qualidade na produção de beneficiamento e classificação de grãos, conforme normas legais de higiene, qualidade e segurança. A ementa do curso de Artesão indígena informa que cursista aprenderá atuar na confecção de adornos, colares, cestos, anéis, cerâmicas, entre outros utensílios da cultura indígena específica, na perspectiva da sustentabilidade das aldeias. Capacita comercializar tais produtos, organizar estoque e conservar insumos.

Uma ligeira observação nos títulos dos cursos, nas ementas e nos depoimentos que divulgam o programa demonstram que esta programação é capaz de incutir a cultura capitalista através dos módulos de empreendedorismo – incluso em todos os cursos - e é

capaz também de gerar mão de obra para agricultura capitalista, pois é na produção de escala, principalmente, que se utiliza muitos maquinários como tratores, beneficiadoras, secadoras e armazéns. É possível também que o pequeno agricultor, aprenda a produzir a cana de açúcar para servir o setor sucroalcooleiro, deixando de produzir alimentos.

Um aluno que teve um ensino que lhe proporcionou um raciocínio crítico em relação à importância do campesinato e de sua lógica de produzir tem mais chances de fazer uma escolha de curso ou até rejeitar algum curso que não condiz com o projeto de sociedade que ele deseja, diferente da agricultura capitalista, da terra concentrada e improdutiva. A educação pode ser instrumento de libertação ou de condicionamento à submissão, mas não é garantia disso.

O SENAR revela seus objetivos no seu vídeo institucional, por depoimentos de alunos e pela frase de Kátia Abreu “Transformar qualquer propriedade em um excelente negócio é nosso compromisso”. Os depoimentos a seguir falam por si.

A professora de empreendedorismo ensinou a competitividade entre a gente e nos fez elaborar um plano de negócios e abrir uma empresa... Foi uma experiência diferente do nosso cotidiano” (Mayra Marchi, Angelina-SC)

“As coisas mudaram para mim com o curso. Antes eu não tinha experiência. Sai da fazenda onde eu trabalhava tirando leite e vim tentar a sorte fazendo essa capacitação. Eu amo trabalhar com tratores. E agora estou empregado de carteira assinada, e fazendo o que eu gosto estou muito feliz. Luiz Antonio Eugênio Moreira – Acreúna –GO (SENAR, 2015).

Os depoimentos mencionados e os objetivos de alguns cursos ofertados demonstram que esta formação do SENAR está voltada para o empresariamento do jovem financiada com parcela de recursos públicos. As finalidades dos cursos podem contribuir com alguma melhoria nas propriedades, se de fato os cursistas tivessem propriedades, ou maquinários para manusear, caso contrário, não havendo estes requisitos os cursos servem para formar mão de obra assalariada.

Diante do cenário atual para a permanência do jovem no campo esta pesquisa constatou que, no âmbito geral, 47,95 % dos jovens declararam que vão migrar para a cidade, 20,42 % não sabem ainda e apenas 31,63 % ficariam no campo.

Entre as justificativas mais mencionadas para a decisão de ir para a cidade é a de tentar vida melhor, ter um bom emprego, e cursar o ensino superior. São apontamentos que, em parte, devem se confirmar e incidir no número de jovens no campo, mas apesar de a maioria declarar a intenção de migrar, e com isto, apostar no projeto de vida para o futuro na cidade, ainda constam aqueles que desejam ficar. Nesta decisão de permanência

nota-se a manifestação da resistência camponesa para continuar existindo no sistema econômico vigente. E mesmo aquele que migrou, ainda há a possibilidade de retorno ao campo devido as variáveis que envolvem a iniciativa de colocar em prática os seus projetos de vida submetidos às conjunturas econômicas e à instabilidade do mercado. Outra ressalva é, ao analisar isoladamente os alunos do assentamento Eli Vive, observa-se um percentual acima do resultado das demais escolas, 87,5% pretendem permanecer no campo.

Em relação aos que desejam migrar, este índice pesa mais sobre as moças: entre elas o percentual das que querem migrar para a cidade é de 77,55% enquanto que, no grupo composto por rapazes, o percentual dos que querem migrar é de 42,42%.

Outros trabalhos confirmam a maior migração no grupo feminino e caracterizam também a questão educacional como agravante da migração. A forma de se fazer presente na vida do aluno, por parte da escola, pode interferir na decisão do jovem de deixar ou não o campo. Weisheimer (2005) fez um levantamento das produções científicas no Brasil que tratam sobre a juventude rural e percebeu que quando a educação é de matriz urbana há desdobramentos negativos e mais intensos no grupo das moças. Os resultados dos trabalhos

Demonstram que há um descompasso entre um modelo educacional que tem como paradigma as sociedades industriais urbanas em relação às necessidades específicas dos jovens rurais. Ao mesmo tempo em que a escola aparece distanciada do trabalho agrícola, introduz na cultura local os valores e os estilos de vida urbanos. Eles analisam ainda as percepções e os significados atribuídos à educação pelos jovens rurais, segundo os quais estudar é visto como uma condição necessária para viabilizar sua futura inserção no mercado de trabalho urbano. Constatam que entre os jovens são as mulheres que vivem mais intensamente esse processo. (WEISHEIMER, 2005, p. 16).

Mesmo sem coincidir a base empírica e a temporalidade do trabalho de Weisheimer (2005), que foi de 1990 a 2004, 10 anos depois constata-se igual tendência da área estudada. De modo geral, o percentual de mulheres que dirigem os estabelecimentos na área rural, segundo o Censo Agropecuário (2006), é de 12,92% enquanto que 87,07% são homens. Existem, no campo brasileiro, 3,9 milhões de homens a mais do que mulheres. (IBGE, 2015a).

Em duas entrevistas, na presente pesquisa, identificou-se o tratamento diferenciado para o filho e para a filha da mesma da família. Para os rapazes era indicado o trabalho no campo enquanto que, para a moça da mesma família, era indicado, pelos pais, tentar a vida na cidade.

Stropassolas (2006, p.296) identificou em sua pesquisa, no depoimento de moças, que são elas as mais interessadas em deixar o campo e perseguirem seus sonhos enquanto os moços tendem menos a tal migração, além disso, ele informa que:

Um dos aspectos que, segundo estes pais, justificam a atitude de limitar a saída dos filhos(as) é a sobrecarga de trabalho para aqueles que permanecem na propriedade, fato que interfere nos projetos de vida formulados pelos diversos membros da família, com implicações importantes na vida escolar dos filhos dos agricultores. Contudo, em que pese essas iniciativas restritivas, os relatos indicam que, mesmo assim, os jovens – e particularmente as moças – não deixam de perseguir a realização de seus planos, que vão além dos marcos verificados nessas comunidades (STROPASSOLAS, 2006, p. 296).

A citação explora o problema dos que ficam e em detrimento dos estudos e o problema da migração em especial das moças. Como já foi mencionada, a ausência de moças no campo é um complicador para a questão do casamento e a constituição familiar no campo, soma-se a isso a questão da taxa de fecundidade que caiu em 20% no período de 2000 a 2010, neste caso, na região sul, ficando em 2,20 filhos por mulher, em 2010, segundo o IBGE (IBGE, 2015b).

Durante as entrevistas os jovens declararam, na sua maioria, que gostam do campo e que a vida no campo representa liberdade, paz, tranquilidade e privacidade. Portanto, gostariam de permanecer no campo, mas não veem outra forma de ganhar a vida senão indo para a cidade. A migração representa para muitos uma contrariedade e não uma vontade. Fica evidente a falta de política pública para esta população o que impede a juventude de vislumbrar um projeto de vida no campo. Assim a migração se manifesta como uma reação à degradação das condições de vida (STROPASSOLAS, 2006).

No assentamento Florestam Fernandes, na cidade de Florestópolis, no norte do Paraná, Costa (2010) ressalta outro fator que soma na decisão dos jovens daquele assentamento em deixar o campo. Ele informa que, apesar da maioria desejar permanecer no campo, a falta de estímulos por parte dos pais e por parte das entidades governamentais para a permanência no campo, somadas a renda insuficiente obtida na propriedade forçam os jovens a procurar, na migração, oportunidades na cidade. Alerta também que:

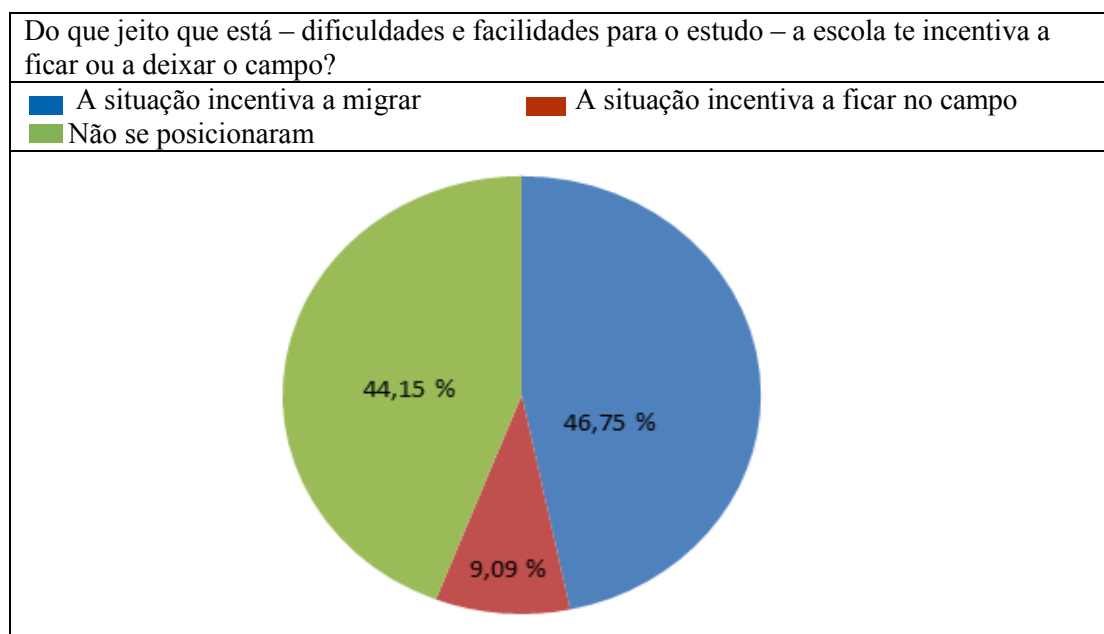
O abandono do meio rural pelo jovem, pode ameaçar a própria reforma agrária, principalmente nestes assentamentos que foram criados e que demonstram a incapacidade de manter a juventude no campo, interrompendo o processo sucessório e colocando em risco a continuidade e a existência do assentamento (COSTA,2010, p.99).

É um conjunto de fatores que desenharão a realidade vivida pelo jovem do campo entre eles a falta de acesso à terra, as dificuldades de acesso ao crédito e a falta de acesso à educação do/no campo que contemple e valorize a identidade cultural camponesa. São alguns dos pontos que, se devidamente sanados, aliados à efetivação da Reforma Agrária, mudariam os números da migração campo-cidade pela juventude rural, favorecendo a continuidade do processo sucessório, e, assim, do campesinato.

No tocante à educação, ao serem questionados com a seguinte pergunta: do jeito que está hoje – dificuldades e facilidades – a escola te incentiva a ficar ou deixar o campo?

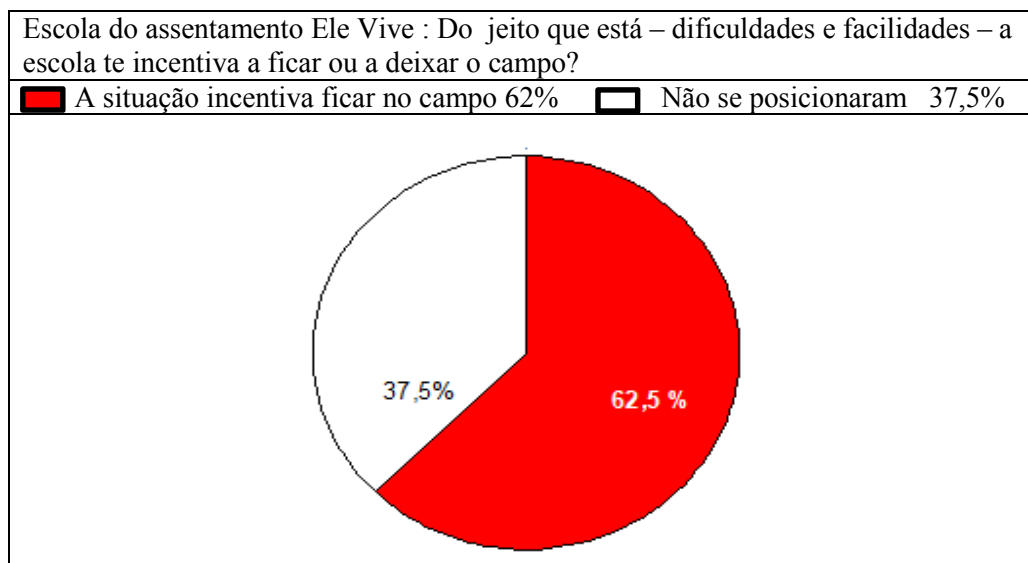
Os gráficos 01 e o 02 e 03 informam resultados diferentes para as mesmas perguntas. Foram analisados, separadamente, os dados da escola do assentamento Eli Vive, das demais com o intuito de verificar se o diferencial “Educação do Campo” dessa escola interfere na decisão de ficar no campo. No gráfico 03 as informações foram colhidas pela direção da escola, incluindo os alunos do 1º e 2º anos do ensino médio.

Gráfico 1: Motivação dada pela escola para migrar



Fonte: Elaborado pelo autor.

(Obs.: Dados sem a inclusão dos alunos do assentamento Eli vive)

Gráfico 2: Motivação dada pela escola para migrar – Alunos do 3º ano – Assentamento Eli Vive.

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs: Dados apenas do 3º ano do ensino médio da escola Eli Vive.

Gráfico 3: Motivação dada pela escola para migrar Assentamento Eli Vive

Fonte: Direção da Escola Eli Vive. Adaptado pelo autor. Obs.: alunos do 1º e 2º anos do ensino médio.

No gráfico 01 observa-se que uma parte significativa dos estudantes sente a dificuldade de manter-se no campo devido à forma como está organizada a escola, distante da casa e da vida do aluno do campo. Não há uma motivação, no processo de ensino, que faça o aluno perceber que a realização da vida esteja vinculada ao campo. Os alunos relatam que é comum os professores aconselharem os educandos para o estudo

como caminho para ter uma profissão e para melhorar de vida, mas há um silêncio sobre o incentivo à permanência no campo. Os educandos afirmam que gostam do campo, mas acreditam que, na cidade, podem melhorar a sua condição de vida.

Um relato oportuno, colhido na secretaria de assistência social da prefeitura de Matos Costa-Sc (meio oeste catarinense), informa que o transporte escolar traz os alunos do campo para a cidade e é comum os jovens mudarem para a cidade para se aproximarem da escola e lá se casam e não voltam mais para o campo.

No gráfico 02, nenhum aluno acha que a situação, como está, leva-o a migrar, ao contrário, a maioria afirma que a escola incentiva a ficar no campo. No Gráfico 03, quase 90% responderam que a escola incentiva a ficar no campo. Mesmo aparecendo, em depoimentos, de forma unânime, que a estrutura da escola do assentamento precisa ser melhorada, que, constantemente, ficam sem energia elétrica, que as estradas são ruins e que, quando chove, muitos ficam sem aula, ainda assim, a ideia de permanecer no campo se sobressai. Neste caso, aparece um indício do efeito diferencial de uma Educação do Campo, exigida e monitorada pelo MST.

Ao valorizar a cultura camponesa o aluno reconhece que a escola o incentiva a ficar no campo, isto é, dá condições para afirmação de sua identidade proporcionando um ambiente favorável para a autoestima. Isto não quer dizer que o jovem não migrará, mas a escola está cumprindo as mudanças que se esperam de uma Educação do Campo, mesmo com uma precariedade estrutural maior do que as escolas da cidade.

Os alunos do assentamento, quando perguntados sobre as perspectivas de, no futuro, migrar ou ficar no campo, 87,5% disseram que pretendem ficar. Os alunos das demais escolas, apenas 32,43 %, pretendem ficar. A direção da escola do assentamento Eli vive também estendeu a mesma pergunta aos alunos do ensino médio não consultados no presente trabalho e o resultado foi de 72 % que desejam permanecer, no futuro, no campo contra 27,78% que querem migrar para a cidade.

Melhorar a sua escola, valorizar a cultura do homem do campo, ressaltar suas qualidades e sua importância para o país poderia dar subsídios para os sonhos e planos ligados à lógica camponesa de produzir - e de contribuir.

A população rural não é a maioria no país, não se trata de uma juventude numerosa como a urbana, mas sim daquela que, junto com os demais camponeses, tem, o potencial para contribuir para um novo modelo de sociedade. Toda a trama do agronegócio coloca o camponês na condição subalterna. E a juventude camponesa e a Educação do Campo

ficam como uma esperança a ser ativada. Nos gráficos anteriores observa-se uma parcela significativa de alunos que não se posicionaram sobre a decisão de sair do campo. É nesse número de indecisos que pode se depositar a esperança no aperfeiçoamento da educação de forma a reverter o quadro de migração e intenção de migrar para a cidade, fortalecendo o campesinato.

Mazoyer e Roldart (2010. P. 552) consideram que o não fortalecimento do campesinato, categoria mais numerosa do planeta, mantendo-o na pobreza, é um entrave para o desenvolvimento social. Relatam que as respostas para a crise mundial, evidenciada pela desigualdade de desenvolvimento e pela miséria existente, estão na organização, no funcionamento e na dinâmica do sistema agrícola e alimentar mundial.

Se quisermos realmente sair da crise geral contemporânea e construir este mundo de empregos abundantes, de prosperidade sustentável, extensa e distribuída equanimemente, ao qual a grande maioria dos habitantes do planeta aspira e do qual todos tirariam vantagens, material e moralmente, é preciso criar condições para um real desenvolvimento da economia agrícola subequipada (*campesinato empobrecido*) e de um acúmulo de capital produtivo de grande fôlego nos países pobres. Para tanto, é preciso atacar o mal pela raiz, ou seja, as enormes desigualdades de renda que resultam da concorrência sem precaução, de heranças agrárias desiguais. (MAZOYER; ROLDART, 2010, p.552, Grifo meu.)

A lógica camponesa de produzir pode desencadear mudanças estruturais que melhoram a dinâmica atual de manutenção da vida e das relações entre as sociedades. Isto não é algo impossível visto que é exatamente o que acontece atualmente, só que ao avesso, pela manutenção da agricultura capitalista e sua dinâmica no espaço global. Uma nova lógica na produção agrícola desencadearia também novas formas de gerir a economia e o setor agrário do país. Consequentemente a reforma agrária, a geração de trabalho e a produção de alimentos saudáveis, por exemplo, poderiam tornar-se prioridades. As relações com outros países, em consequência disso, também poderiam mudar; a soberania alimentar seria regra; ao invés de importar e fabricar veneno exportar-se-ia produtos saudáveis.

Essas são mudanças que desafiam a ordem atual, assim a lógica capitalista deve ser tratada como transitória. “É, na realidade, totalmente inconcebível sustentar a validade intemporal e a permanência de qualquer coisa criada historicamente”. (MÉSZÁROS, 2004).

Se o modelo de sociedade atual foi construído, da mesma forma outros modelos diferentes e melhores podem ser construídos.

Considerações finais

As análises oportunizadas por esta pesquisa demonstraram que, durante o processo de formação escolar de jovens camponeses, existem muitos problemas cujo enfrentamento desafia o poder público e a sociedade. Problemas que incluem a infraestrutura escolar mínima, a oferta de serviços básicos no campo, a violência simbólica pela desvalorização sociocultural desses sujeitos e, por fim, a invisibilidade no projeto político pedagógico da escola.

Em relação à organização das políticas de distribuição territorial das escolas e seu funcionamento, constata-se que a distância se tornou um obstáculo para os estudantes, principalmente aos que enfrentam extensos percursos ou precariedade de acesso em vista das más condições de conservação das estradas rurais. Importante destacar que um fenômeno climático regular, como a chuva, aprofunda o problema, momentos em que os estudantes enfrentarão o aumento do tempo de deslocamento, o perigo de acidentes com o transporte e, não raro, a impossibilidade de chegar à escola.

Esse é o resultado mais visível do fechamento das escolas rurais. Além do comprometimento da acessibilidade, perdeu-se também os espaços de vivência social, o lugar de encontro entre alunos e suas comunidades, um elemento de convergência do território camponês. O fechamento de escolas impõe um ônus a ser pago por aqueles que agora não contam mais com esse marco espacial pleno de significados comunitários. A despeito da advertência de inúmeros profissionais da educação sobre os prejuízos do processo de nucleação, somente no decorrer desta pesquisa mais uma escola foi fechada no NRE Londrina. Neste caso, o próprio Ministério Público está intervindo, senão vejamos:

MP ingressa com ação para impedir fechamento de escola rural na região de Londrina.[...] Núcleo Regional de Educação comunicou fechamento da Escola João de Santa e de mais três instituições no final do ano passado[...]O MP cobrou esclarecimentos ao NRE acerca das denúncias e dos requisitos previstos na lei. "O órgão confirmou que irá fechar a escola, mas não explicou objetivamente os questionamentos. A justificativa pautou-se, exclusivamente, no número reduzido de alunos e na inviabilidade econômica", revela." (ROSENBERGER, 2015)

Essa ação que aparece como se fosse imputável à racionalidade espacial penaliza a juventude, pois o afastamento cotidiano da sua comunidade e a aproximação com o modo de vida urbano supõe implicações inerentes ao processo de formação e convívio escolar. Mesmo situadas na sede dos distritos, supostamente próximas aos

estabelecimentos rurais, o mundo do trabalho e os vínculos sociais são próprios do urbano e a escola não está refratária a isso. Independentemente de se tratar de pequenos núcleos urbanos, profundamente imbricados com a dinâmica rural, os comerciantes, os trabalhadores assalariados, os servidores públicos e outros funcionários vivem a divisão social do trabalho, logo se diferenciam estruturalmente do ponto de vista das classes. Ainda que haja camponeses residindo na sede dos distritos, predominam cidadãos sem vínculos diretos com a lógica comunitária própria do universo camponês.

Assim a unidade escolar não tem possibilidades reais de se coadunar com as necessidades próprias da juventude camponesa em formação. Todas as escolas pesquisadas nestas condições se definem como escolas urbanas, não havendo indícios de que adotarão as diretrizes curriculares pensadas para a valorização dos sujeitos do campo.

Outro óbice está ligado à organização espacial que trata da qualidade das vias que permitem a conexão de um lugar a outro, neste caso, as estradas que levam os alunos à escola. A primazia da cidade sobre o campo se manifesta na exponencial desigualdade em termos de infraestruturas dessa natureza, sendo que além da circulação de pessoas, provoca enormes prejuízos dado o problema do escoamento da produção.

O prejuízo decorrente de estradas não conservadas pode ser mensurado em dias letivos a menos para os camponeses: em uma das escolas visitadas, os entrevistados informaram que perderam, em média, 40 dias letivos, no ano. Isto equivale a 200 aulas, logo o limite permitido de ausências. A reposição destas aulas fica comprometida porque, com a presença de professores na escola, o dia letivo é contado, mesmo com a ausência de alguns alunos. Quando professores e alunos faltam, a reposição da aula fica comprometida pela ausência do transporte escolar que não presta serviço extra, isto é, não transporta alunos em dias não previstos no calendário do ano letivo.

São contradições dessa ordem que testam a resistência dos sujeitos do campo, dentre eles os diretamente afetados: a juventude rural. Depreende-se que a despeito da conquista pelo direito à Educação do Campo, graças às lutas sociais, a parceria entre o governo federal e as instituições de ensino ainda não alcançaram todas as escolas que recebem jovens da área rural.

No processo de formação estudantil foi verificado que existe uma invisibilidade do camponês diminuindo as perspectivas da juventude rural de vislumbrar um futuro ligado ao campo. Além desses elementos da estrutura educacional, que motivam a migração do jovem, do meio rural, para a cidade, encontram-se outras motivações que, se

somadas à escolar, configuram um quadro situacional que pesa contra a lógica camponesa de se reproduzir.

A negação ao conhecimento em plenitude, ou pelo menos, em condições de igualdade com os estudantes urbanos está revelada na ausência de investimentos em capacitação continuada de professores e pedagogos. Consequência disso é o dessaber dos sujeitos e realidades do campo nos conteúdos curriculares e nas práticas escolares cotidianas. A dificuldade de acesso à escola, seja pela precariedade das estradas, seja pela penosidade dos deslocamentos longos, é fator suficientemente desmotivador, porém a isso ainda se soma a quase ausência de condições de acesso à terra, fator determinante para a migração campo-cidade.

Tais dificuldades se desdobram em configurações territoriais, visto que irão favorecer a concentração das terras em favor da agricultura capitalista – essa que poderia ser chamado também de ‘agronegotóxico’ - que envenena o solo e as águas, põe em risco a agricultura tradicional pela disseminação dos transgênicos, expõe os cultivos à contaminação com sementes modificadas que se espalham, descontroladamente, no percurso do transporte do campo ao porto.

A sociedade como um todo deve escolher que tipo de alimento quer comer e alimentar seus filhos, que nível de pureza quer encontrar na água. Deve promover uma distribuição mais justa das riquezas da nação dando perspectivas, para o jovem, de vida digna no campo, no presente e no futuro. Tais perspectivas estão em consonância com o bem comum, pois uma distribuição justa dos recursos públicos e a redistribuição da terra traria melhores perspectivas de futuro.

A análise da situação educacional demonstrou que há obstáculos que interferem negativamente no processo de formação do aluno do campo e, com isso, interferem na motivação para a migração campo-cidade.

Os professores, segundo os alunos do campo, incentivam a estudar, isto é, fazem o seu papel de motivá-los a continuar os seus estudos. A questão é que, para isso, eles precisam migrar para a cidade. No seu processo de formação estudantil foi verificado que existe uma invisibilidade do mundo rural diminuindo as perspectivas de vislumbrar um futuro ligado ao campo.

De forma analógica, quanto maior o alvo, ou quanto mais perto o alvo, mais chances de acertar, da mesma forma, quanto menor o alvo, menores as chances de acertar. É nesta perspectiva que se encontram as opções de escolhas dos alunos, se ampliam o

mundo urbano ou evidenciam mais no PPP, nos livros didáticos, no discurso dos professores, nas práticas cotidianas da escola o mundo urbano, aumenta-se a chance de optar pela migração para a cidade, pois é o caminho que foi apresentado com maior ênfase e maior nitidez.

Tomada a decisão de migrar e viver na cidade fragiliza-se a lógica camponesa de produzir, refletida no problema da sucessão familiar. Os entrevistados mostraram a preocupação sobre quem irá dar continuidade ao trabalho na agricultura, pois muitos candidatos à sucessão familiar camponesa estão fazendo planos para migrar. A falta de perspectiva se revela nos projetos dos genitores, pois 38% deles não incentivam os filhos a ficarem no campo.

Entretanto, isso não pode ser evocado como uma fatalidade para reproduzir um cenário apocalíptico sobre o fim do campesinato, ao contrário, requer crédito para com a tese da sua recriação contraditória, até porque 37,8% dos entrevistados afirmaram que pretendem continuar no campo. Isto é significativo, pois numa propriedade pequena bastaria uma família nuclear em cada propriedade para perpetuar a unidade produtiva sob controle do campesinato.

Stropasolas (2006), desconstrói a tese de que os atrativos da cidade são determinantes para a saída do campo, pois nem todos veem a cidade como opção. Para ele “Chama a atenção que a maior parte dos rapazes oriundos de famílias vistas como “descapitalizadas” considera que suas melhores chances estão na agricultura e não na cidade.” A razão disso é que muitos jovens se encontram despreparados educacional e profissionalmente, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho porque não fizeram cursos profissionalizantes e ou não concluíram os estudos.

Conclui o autor que a consciência sobre o desencaixe em relação ao perfil exigido pelo mercado de trabalho urbano leva muitos a vislumbrarem no campo a possibilidade de encontrar dignidade, situação essa que reforça a necessidade de uma educação do campo orientada nessa direção. Certamente, não bastam mudanças restritas ao campo da educação, sendo igualmente necessário a distribuição de recursos públicos sob a forma de políticas públicas para o campesinato, a começar pela reforma agrária capaz de prover o acesso à terra para os jovens dispostos à permanecer no campo.

A palavra homem deriva de húmus que refere-se a terra, terra boa, lembra Boff (2015). Que sementes a realidade atual, incluindo nela a escola, tem sido capaz de plantar no coração da juventude camponesa?

Esta pesquisa indica que é necessário um aperfeiçoamento das políticas educacionais como forma de construir e consolidar a Educação do Campo. Professores e gestores precisam ser valorizados e ter acesso à formação continuada, tendo em vista que vão precisar atender a diversidade de alunos que serão expostos à formação escolar. Os frutos que se espera colher desta melhoria é o fortalecimento da juventude camponesa e a valorização da lógica camponesa de produzir como proposta capaz de amenizar a migração para a cidade e apontar outros rumos para a agricultura e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A geografia pode desempenhar um papel especial na composição e na construção da Educação do Campo. O próprio nome já remete a uma espacialidade: A Educação do Campo, isto é, a educação de um todo contido na singularidade de um espaço, isto é, no território camponês. Tendo por atribuição o estudo da dinâmica espacial e das relações dos elementos que agem e interagem na formação das territorialidades existentes, não poderá se omitir ante as condicionantes das desterritorializações e da monopolização do território. A tarefa é seguir investigando os limites e as possibilidades da educação do campo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ed. Porto Alegre: UFRS, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; et al (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 65-86

BATISTA, Edimar. Análise de concepções de campo e cidade de alunos de áreas rurais e urbanas e a aprendizagem geográfica. 2014. 320 páginas. Universidade Estadual de Londrina. 2014.

BOFF, Leonardo. **Salto para o futuro**. Disponível em <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto/interview;jsessionid=5CCBD6A2D796C6688C225F39C11EF0BF?idInterview=8463>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 41-53, jul./dez. 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio**: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Disponível em: <<file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso: em 14 abr. 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990b.

CALDART, Roseli S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba. SEED: 2005, p. 19-30.

_____. et al.(Orgs.).**Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CANCIAN, Natália. **Brasil Fecha, em média, oito escolas por dia na região rural**. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 mar. 2014. Educação. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>. Acesso: 06 mar. 2014.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. disponível em http://www.cscreassentamento.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/480/940/arquivos/Fil e/PPP_oficial_vol_I.pdf> PAG 1111. Acesso em: jun. 2014

COSTA, Fernando Luís Martins. **Dinâmica socioeconômica e juventude do Assentamento Florestan Fernandes**. Ano 2010. 137 páginas. Dissertação de Mestrado em Agronomia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em educação do campo: ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO CATEGORIAS ESSENCIAIS**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: 21 jan 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**.3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GOBATO, Ana Tatiana S. C. **Educação no campo: escola do Assentamento Monte Alegre**. 2012. 271 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2000/2010.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006.

_____. Sexo - área rural – 2001 / 2011 .Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=PD300&t=sexo-area-rural>> Acesso em: 10 ago. 2015^a

_____. Nupcialidade, Fecundidade e Migração - 2000/2010. 17 out 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010423010212012303616946440.pdf>> Acesso em 28 jan. 2015b.

LONDRINA. **Prefeitura recebe novos ônibus escolares.** Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20125:prefeitura-recebe-novos-onibus-escolares&catid=108:destaques>. Acesso em: 01 fev. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petropolis, Vozes, 1988.

MAZOYER, Marcel; ROUDART Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MARÉS, Carlos Frederico. **Função social da terra.** Porto Alegre: S A Fabris ,2003.

MÉSZARÓS, István. A educação para além do capital – **Revista Theomai**, nº 15, 1^o semestre 2007, p. 107–129. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero15/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eutáquio de. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização.** São Paulo: Scipione, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-88, jul./dez. 2003.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico.** Colégio Est. Alvorada da Infância. Disponível em: <<http://www.klealvoradadainfancia.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/1/1320/42/arquivos/File/pppalvorada.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação - SEED. **Cadernos temáticos II: educação do campo.** Curitiba: SEED, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**. v. 10, n. 23, p. 111-128, set./dez. 2011 disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/589/373>. Acesso em: 20 set 2014.

_____. Questão agrária e ensino de Geografia: um debate necessário. In: KATUTA, Angela Massumi et al. (Orgs.). **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009. P. 61-86.

ROSENBERGER, Samara. MP ingressa com ação para impedir fechamento de escola rural na região de Londrina. **BONDE**. 27 jan 2015. Disponível em <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-12--194-20150127> Acesso em 12 jul. 2015.

SENAR. **Cursos Gratuitos PRONATEC** do SENAR 2013. Disponível em <http://www.senar.org.br/sites/default/files/folder_pronatec_web.pdf> Acesso em mar. 2015.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Recebido em 12/07/2016. Aceito para publicação em 20/01/2017.
--